



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 142

QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 294.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RUBEN FIGUEIRÓ — Editorial do jornal "O Estado de Mato Grosso do Sul", a respeito do atentado perpetrado contra aquele órgão da Imprensa.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Serviços prestados à população do Território de Rondônia pelo jornal "O Correio do Sul", editado no município de Vilhena.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Denúncia recebida sobre seqüestro, do Sr. Antônio Gomes de Matos, Agente Administrativo da Fundação Leão XIII, que teria ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Advertência do Professor Zeno Martin, do Instituto Tecnológico de Alimentação, sobre a sofisticação dos produtos alimentares.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Liberação de recursos para ampliação do LAFEPE — Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO JOEL LIMA — Nota do jornal "O Fluminense", sobre o desemprego na indústria de construção naval dos estaleiros de Niterói e São Gonçalo, nos últimos dois meses.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Trechos da entrevista concedida à imprensa escrita, falada e televisada do Estado do Pará por Júlio Viveiros, candidato ao Governo daquele Estado.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Considerações sobre o projeto de lei orçamentária ora em fase de discussão e votação no Congresso Nacional.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Prejudicialidade, por decurso de prazo, das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 36, 37 e 60, de 1981.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofício

Do Presidente da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 26/81-CN, solicitando prorrogação do prazo concedido àquela Comissão. **Deferido.**

1.2.4 — Comunicações das Lideranças do PDS na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

De substituições de membros em comissões mistas.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 21, de 1981-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982, nas seguintes partes:

Subanexo Poder Judiciário. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação e Cultura. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOS. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOCS. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Parte Geral — Projeto Rondon e CODEVASF. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 295.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO CORRÊA DA COSTA — Apelo ao Governo no sentido do asfaltamento da BR-163, no trecho Cuiabá—Rosário Oeste.

2.2.2 — Comunicações da Liderança do PDS no Senado Federal

Substituição de membros em comissões mistas.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 2.000,00

Ano Cr\$ 4.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 3.500 exemplares

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 21/81-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério da Justiça. **Aprovado.** A Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério da Marinha. **Aprovado.** A Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério dos Transportes — RFF. **Aprovado.** A Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério dos Transportes — DNER. **Aprovado.** A Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente a Encargos Gerais da União. **Aprovado,** nos termos do parecer da Comissão Mista. A Comissão Mista para redação final.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DE COMISSÃO MISTA

4 — RETIFICAÇÃO

Ata da 276.ª Sessão Conjunta, realizada em 26-10-81.

ATA DA 294.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1981

3.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JUTAHY MAGALHÃES

AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — José Calixeta — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenor Vargas — Pedro Simon.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélito Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; Marão Filho

— PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra —

PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odolfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Baccelar — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrago — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Jônia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcelos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Francisca — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio

Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santilo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Si-queira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruct — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Elmar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — As listas de presença acusam o comparecimento de 45 Srs. Senadores e 397 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Ruben Figueiro.

O SR. RUBEN FIGUEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na última sexta-feira, na cidade de Campo Grande, um grupo de elementos, talvez ligados ao governo estadual, praticou um atentado contra o jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul**. Por certo, a origem desse atentado está bem explicitada no editorial do referido jornal, que peço vênha a V. Ex.^a, Sr. Presidente, para lê-lo:

O ATENTADO

Com muita razão o Senador Rachid Saldanha Derzi, afirmava que "A oposição esta sob a mira de pistoleiros", afirmativa essa que era endossada e avalizada pelos Senadores Antônio Mendes Canale e Jose Fragelli. Por outro lado o Deputado Federal Ruben Figueiro, dizia que "além de corrupção, banditismo". Pelo posicionamento do jornal **O Estado**, a princípio parece que o jornal é de linha pepista ou oposicionista. Mas nada disso, já afirmávamos em edições anteriores, que **O Estado de Mato Grosso do Sul** é independente, não está vinculado a nenhum partido político. Tem a missão de formar e informar a opinião pública. O nosso compromisso é com as nossas instituições, com as nossas tradições, com os nossos heróis, com a nossa história, com a nossa sociedade, com a família e com o homem.

O Governo do Estado, foi marcado desde os seus primeiros passos por litígios, fexções, odios e agora vinganças. O ex-Governador Dr. Marcelo Miranda, ao regressar de Brasília, já exonerado do cargo de Governador, disse com muita razão "devemos pedir a Deus que proteja esse povo".

Na época não foi dada muita importância a essa afirmativa, parecia mais um desabafo de quem havia sido exonerado do cargo de Governador. Mas agora passado um ano, podemos perceber que Marcelo Miranda tinha muita razão. É preciso que Deus proteja o nosso povo contra essa escalada de violências que hoje fazem parte do cotidiano.

Diversos atentados foram praticados contra autoridades. A imagem dos senadores de Mato Grosso do Sul, foi distorcida. O serviço de contra-informação está trabalhando dia e noite.

Ontem o atentado foi praticado não contra o jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul**, mas sim, contra toda a imprensa do Estado. Essa é uma maneira fácil de querer cercear a liberdade de manifestação do pensamento, por sinal, um dos pilares base da democracia.

Que providências foram tomadas pelas autoridades de Segurança Pública do Estado? Simplesmente nenhuma. Aliás, o Secretário de Segurança Pública até o fechamento desta edição não foi possível encontrá-lo. Assim, dentro desse quadro da omissão, quer do Secretário de Segurança Pública quer dos subordinados, nada se pode apurar porque nada se quer apurar. Mas, a linha do jornal **O Estado**, não sofrerá alterações na sua filosofia, porque "o ideal não se define: enxerga-se pelas clareiras que dão para o infinito" (Rui Barbosa).

Mantemos a nossa conduta enquanto que os autores do atentado terão insônia lúgubre; o nosso pensamento é o veículo e o elo que nos une com a Pátria; a palavra fere mais que os disparos; perpetrados contra a nossa sede; e podemos até dizer que só a palavra, às vezes, é o bastante para destruir a desdita dos que não aceitam o nosso posicionamento.

Jamais nos furtaremos ao diálogo. A discussão sempre é necessária em busca de mais luz. No entanto, Anatole France já dizia que "a independência do pensamento é a mais nobre aristocracia".

Após os disparos de tiros contra a sede do jornal, incontinenti, foi procurada a polícia. O nosso repórter Roberto Chamorro, dirigiu-se até a delegacia central, e não foi bem recebido pelo delegado de plantão, Dr. Edivaldo Rodrigues Pereira. No entanto, para não dizer que ele não atendeu o chamado, disse que na segunda-feira (levando-se em conta que o atentado foi na noite de sexta-feira, por volta das 23 horas) ele procuraria fazer uma busca. Segunda-feira? Nessa altura dos acontecimentos, para onde teria ido o chevette?

Quando, certa feita, afirmávamos que essa administração era uma piada, muitos pensaram que estávamos exagerando, no nosso posicionamento. Imaginem pois, qualquer cidadão, se dirige até a delegacia e diz dispararam contra a sua casa, roubaram os seus pertences, mataram seus filhos, etc., e o delegado cinicamente lhes responde, nada posso fazer, deixe tudo para a próxima segunda-feira.

Esse editorial deveria se chamar "Segunda-feira do delegado Edivaldo Rodrigues Pereira".

No dia 7 de setembro pp., uma das portas da nossa sede era arrombada. Nada foi feito. Providências??? Posteriormente, diversos telefonemas anônimos. Providências???? Agora, os tiros. Providências???

E repetindo Marcelo Miranda, que Deus tenha piedade desse povo. Oxalá que esse Governo termine sem maiores desgraças a sua gestão, marcada por essa escalada de violências.

O Sr. Presidente, o editorial mostra o posicionamento claro e independente do jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul**. Em razão desse atentado, o diretor do jornal, Sr. Bernardo Elias Lahdo, enviou ao Sr. Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel este telegrama, em que relata todos os fatos verificados no último sábado:

Exm.^o Sr.
Deputado Rubem Figueiro
Câmara Federal
Brasília — DF

Encaminhamos para vossas mãos cópia do telex enviado para o Exmo. Sr. Ibrahim Abi-Ackel, DD, Ministro da Justiça pt

Comunicamos respeitosamente a V. Ex.^a que no dia de ontem o jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul** (a sua sede) vg sofreu um lamentável atentado pt O atentado ocorreu ontem por volta das 23 horas vg ocasião em que um carro de marca Chevette vg cor creme vg no seu interior se encontravam elementos não identificados que dispararam diversos tiros de grosso calibre na frente da redação e das oficinas do jornal vg evadindo-se em seguida pt Imediatamente vg a diretoria do jornal comunicou o ocorrido às autoridades competentes e registrando a queixa na Delegacia de Polícia Central pt No entanto vg o jornalista Roberto Chamorro vg que esteve na Delegacia para registrar a queixa em nome do jornal foi mal recebido pelos policiais em plantão vg deixando-o esperar por mais de uma hora e posteriormente foi recebido pelo Delegado de plantão Dr. Edivaldo Rodrigues Pereira pt que friamente disse que nada poderia fazer numa demonstração objetiva de omissão pt No dia seguinte vg por volta das 8 horas da manhã vg quando o diretor do jornal vg Dr. Bernardo Elias Lahdo vg tentava localizar o Comandante da Polícia Militar vg simplesmente vg o tenente de plantão cujo nome ignoramos vg não quis atender o telefone vg nem tentou localizar o Comandante da Polícia vg batendo o telefone numa demonstração irresponsável e omissa pt Durante toda manhã procurou-se localizar o Secretário de Segurança vg João Batista Pereira vg porém vg todas as tentativas foram infrutíferas vg que escondeu-se também e nem quis tomar conhecimento pt

Senhor Ministro o nosso jornal vg independentemente e sério tem sido digo tecido severas críticas ao Governo do Estado vg por desmandos vg por corrupção vg por atentados vg por negligência e por insegurança de toda sociedade pt Foi o único jornal que saiu em defesa da instituição do Senado Federal pt O único jornal que condena os atentados pt É o único jornal que por diversas vezes pediu a intervenção federal e o afastamento do Governador Pedro Pedrossian vg por incapacidade administrativa pt Não fazemos vg Senhor Ministro vg imprensa alternativa e nem tampouco aplaudimos os desmandos do Governo do Estado que é resultante de ódios vg etc pt

No dia 7 de setembro pp. vg o nosso jornal sofria o primeiro atentado vg arrombando uma de suas portas pt

Acreditamos Senhor Ministro que o atentado praticado no dia de ontem vg contra a sede do nosso jornal é uma represália em função do nosso editorial "O Senado foi agredido em sua honra" ou ainda da publicação na íntegra do pronunciamento do Senador Rachid Saldanha Derzi, proferido na tribuna do Senado "Oposição sob mira de pistoleiros" pt

Senhor Ministro todos os segmentos da sociedade encontram-se ameaçados e cercear a liberdade de expressão de um órgão vg dentro dos ditames da moral e da razão vg representando sem dúvida alguma subversão vg e tudo leva a crer vg mediante o desinteresse da polícia vg mediante o desinteresse da Secretaria de Segurança que o atentado teve cobertura indireta da polícia pt Acreditamos na vossa sábia e soberana dex digo decisão pt Conflamos no vosso espírito em defesa de nossas instituições em defesa da sociedade e da família e temos certeza que V. Ex.^a repudia abominável ato pt Esperamos as providências de justiça pt

Respeitosamente. — Dr. Bernardo Elias Lahdo, Diretor do jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul**.

No meu Estado, Sr. Presidente, além da corrupção já conhecida, inclusive pelo Senado da República e pela Câmara dos Deputados agora está-se implantando o banditismo, comprovado pelos atentados verificados contra o Vereador Augusto Gaeta, em Corumbá, e ao jornal **O Estado de Mato Grosso do Sul**, da cidade de Campo Grande.

Se as autoridades federais não tirarem aquele cidadão que está no Governo de Mato Grosso do Sul, o chamado "Pedro Placa",

não há dúvida nenhuma que teremos fatos muito lamentáveis a comentar no futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejo saudar o jornal **Correio do Sul** que se edita em Vilhena, num esforço empresarial e jornalístico de Vitorio Alexandre Abrão.

O **Correio do Sul** vem prestando inestimáveis serviços à população de Vilhena, Colorado, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras e, de um modo geral, a todo o povo do Território de Rondônia.

Bom seria se todo município de Rondônia, onde impera hoje a corrupção, editasse um jornal na linha do **Correio do Sul**, de Vilhena, para lançar os grandes tumores da corrupção que dominam as Prefeituras do Território, todas dominadas por prefeitos bionicos e sem a fiscalização das Câmaras de Vereadores que não existem ali por intransigência do Governo que em 1977 criou municípios em Rondônia e não permitiu que neles o povo elegeisse, pelo menos, as Câmaras de Vereadores.

Em Vilhena o **Correio do Sul** vem traduzindo as reivindicações do povo e denunciando as omissões clamorosas da Prefeitura.

O jornal já ofereceu espaços de graça ao Prefeito para que publicasse as prestações de contas e balancetes da Prefeitura. Até hoje esses documentos, ali considerados secretos, não foram encaminhados ao jornal. As Prestações de Contas e Balancetes das Prefeituras devem ser públicos, inclusive por obrigação legal. Em Rondônia trata-se de uma coisa secreta. Ninguém ali sabe quanto os Prefeitos arrecadam e nem quanto gastam as Prefeituras. Tudo é envolto num grande mistério...

O **Correio do Sul** vem denunciando a administração de Vilhena, sem que se leia qualquer justificacão e defesa dos denunciados.

Nas edições de 29-10-81 e 5 do corrente, o jornal focalizou os problemas de Cerejeiras, cuja tramitação se faz necessária, por se tratar de denúncias da maior gravidade, que por certo o seu conhecimento haverá de interessar ao Governo Federal. São as seguintes essas denúncias:

— O QUE VAI POR CEREJEIRAS;

— A POLÍTICA DA FOME;

— CEREJEIRAS, A VILA ONDE O GOVERNO ESQUECEU DA SAÚDE DO POVO, verbis:

"O QUE VAI POR CEREJEIRAS

(Cerejeiras) — Recebemos notas enviadas pelo nosso correspondente em Cerejeiras sobre os problemas criados com a distribuição de datas na área destinada a órgãos públicos.

Informam daquele próspero Distrito que há cerca de dois meses foram distribuídas várias datas a pessoas não residentes na localidade a troco de apoio político.

Ocorre que a distribuição desagradou aos moradores que, imediatamente ocuparam toda a área para em sinal de protesto, construirém seus comércios no local que gerou um grave problema "contornado" com a presença do Prefeito de Vilhena que garantiu verbalmente que ali seria respeitado o projeto inicial e que outra destinação não seria dada à área.

Passaram-se os dias e agora o grupo de "apadrinhado ou apadrinhados", da política da situação começou a reconstruir seus prédios na área, enquanto que os verdadeiros pioneiros de Cerejeiras e comerciantes e outros, ficaram a ver navios.

A população de Cerejeiras mostra-se descontente com o estado de coisas, principalmente porque não sabem quem é que manda ali, se é o Marco Donadon, o Joãozinho do Colorado ou o Coronel Arnaldo de Vilhena.

Quando é para dizer que uma obra foi feita, aparece o executor, porém quando é para atender os reclamos do povo fica o jogo do empurra.

Ninguém assume a responsabilidade e com isso o povo está sendo prejudicado.

Ninguém resolve o problema da luz, do transporte nem das estradas.

A SUCAM é uma piada, a CIBRAZEM nem se fala, pois já foi manchete até no Jornal Nacional da Globo.

A Subprefeitura é inoperante, não tem máquinas nem equipamento e falta até material de expediente.

Alegam que essas denúncias já não foram dadas a mais tempo, para não imprimir imagem negativa ao próspero Distrito de Cerejeiras, porém não é possível, continuar escondendo o leite, sob o pretexto de que "roupa suja se lava em casa".

Essa filosofia é muito bonita mas em matéria de coisa pública o que deve haver é mais responsabilidade e maior empenho para compensar o sacrifício ao povo."

"A POLÍTICA DA FOME

Vitório Abrão

Neste final de semana, estivemos visitando a região de Colorado, Cerejeiras e Pimenteiras. Francamente, o que vi tenho até vergonha e asco de contar. Porém, entendo ser necessário que os leitores, que não conhecem a região, fiquem sabendo o que está se passando naquela área, por culpa do desgoverno implantado na Prefeitura de Vilhena pelo Cel. Prefeito, que se intitula administrador do Município, mas não passa de uma figura folclórica e incapaz de resolver os mais simples problemas de uma administração. Veja você.

O atual governante transitório do Município de Vilhena, a exemplo da cigarra imprevidente, passou todo o verão cantando as suas "obras" imaginárias e se esqueceu de cuidar da saúde dos habitantes daquelas localidades, e que agora, devido ao inverno, certamente pagarão "as penas do inferno", isolados numa região sem estradas, sem o mínimo apoio no setor da saúde, sem segurança e os cambaus.

E tanto isso é verdade, que durante a minha viagem a Cerejeiras, visitando o posto de saúde local, onde não encontrei nenhum médico, presenciei as piores cenas de minha vida. E fiquei estupefocado. Naquele dia já haviam morrido duas pessoas, e os doentes restantes estavam em estado de abandono total. Não havia sequer um grão de comida para os enfermos. Quem tem família para levar comida, come; quem não tem, sai fugido do hospital para pedir alimentos aos moradores da Vila.

Agora vem o mais triste: Naquele dia eu estava acompanhado de um amigo que tinha urgência de estar em Vilhena. Em virtude de a estrada estar praticamente intransitável, pedi um táxi aéreo através do rádio do Banco Finacial. E qual não foi a minha surpresa, quando o avião chegou começaram a chegar carros com doentes, a maioria deles em estado de coma, fugidos do hospital. Conseguimos carona para quatro e quase que o meu amigo não viaja, pois eram quatro vidas que precisavam ser salvas.

Em vista disso, eu pergunto: Essa é a política do PDS? A política da fome? É assim que o Cel. Prefeito quer ganhar as eleições? É mais: Será que o povo vai votar num homem que não teve a capacidade para administrar uma Prefeitura, esquecendo os que morreram por culpa do seu desgoverno? É bom que se diga que as promessas feitas durante o verão, em palanques, em Colorado e Cerejeiras, pelo governador do Território, o Cel. Prefeito é o Sr. Dari, que durante este inverno os moradores da região iriam transitar de "corcel" pelas estradas da região. Serão cobradas na boca da urna, na hora do voto.

Enfim, em 82 teremos a oportunidade de mandar esses coronéis de volta para suas terras, pois não os convidamos e não os queremos aqui."

"CEREJEIRAS, A VILA ONDE O GOVERNO ESQUECEU DA SAÚDE DO POVO

Cerejeiras (Do Correspondente) — Em estado permanente de calamidade, sem estradas, sem assistência, sem segurança, sem luz, sem água, sem ruas, praticamente sem a presença do poder público, Cerejeiras é atualmente um lugar onde não há condições nem mesmo para se morrer, é quando morre alguém (isto acontece quase diariamente) o dorpo é simplesmente "plantado" numa clareira aberta na entrada da vila.

Uma desgraça — é o que dizem os moradores da Vila — estamos sem condições de viver e impedidos de morrer decentemente.

Contando apenas com um hospital, onde trabalha uma equipe de quatro médicos chefiados pelo Doutor Aureo, que é o diretor e não admite reclamações de nenhuma

espécie, por mais justas que sejam, na área da saúde Cerejeiras apresenta um quadro desolador e que pode ser assim definido:

1) No hospital não há plantão nos finais de semana. Como consequência, ninguém pode adoecer de sexta-feira a domingo. Nos fins de semana e nas vésperas de visitas de autoridades, o hospital é evacuado para dar a impressão de que não existe doença na região.

2) O hospital só atende 30 doentes por dia, sendo que esse atendimento é feito por apenas dois médicos, enquanto os outros descansam. Não existem casos graves nem urgentes, pois quando chega um doente em estado desesperador, se não houver mais ficha ele tem de agüentar até o dia seguinte. Se for na sexta-feira o doente tem de agüentar até três dias, para ser atendido na segunda-feira.

3) O hospital só tem medicamento contra a malária. O resto, segundo a maioria dos que foram atendidos ali, é "xaropada sem serventia". Quando aparece um doente com outra enfermidade, o que é muito comum aqui, tem de beber cloroquina mesmo, ou então comprar os medicamentos nas farmácias. E a maioria não dispõe de dinheiro.

4) Quando um avião desce no pequeno campo de pouso da Vila, e uma correria desenfreada à procura de carona para doentes em estado desesperador. Exemplo disso é o que aconteceu no final da semana passada, quando um táxi aéreo fretado pelo empresário Vitorio Abrão, saiu de Cerejeiras com excesso de carga, para conduzir cinco doentes graves.

5) No hospital, não existe cozinha. Assim, quem escapa da enfermaria, passa a correr o risco de morrer de fome, o que não ocorreu ainda devido à boa vontade dos moradores da Vila. Porém de vez em quando um doente foge do hospital à procura de um pedaço de pão.

6) A malária continua atacando violentamente em toda a região. Enquanto isso o atendimento e assistência médica é precário e piora dia a dia. Aqui na região, a SUCAM fracassou totalmente. Ninguém acredita nem espera mais nada daquele órgão.

7) A SUCAM atende no mesmo prédio do hospital, adotando o mesmo sistema; a ineficiência. Inclusive, comenta-se que fizeram a "cabeça" do microscópio da SUCAM. Apesar do surto de malária na região, é muito raro um exame de sangue "dar positivo". É tudo negativo, talvez para mostrar em Brasília que não existe doença na região."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Fui procurado, há dias, no meu gabinete, aqui em Brasília, por um senhor que me narrou um fato e me trouxe documentos. Eu, como representante do Estado do Rio de Janeiro, não posso negar-me a trazer os fatos ao conhecimento do Congresso Nacional.

Junto ao meu pronunciamento os documentos que recebi do referido senhor.

Quero trazer, desta tribuna, ao conhecimento, da Casa grave denúncia de fato ocorrido no meu Estado, o Rio de Janeiro, no Município do Rio de Janeiro, em pleno Centro da cidade: o seqüestro de Antônio Gomes de Mattos, agente administrativo da Fundação Leão XIII, após haver trazido ao conhecimento de seus superiores, inclusive de Sua Excelência, o Senhor Ministro Ibrahim Abi-Ackel, da existência de uma verdadeira quadrilha atuando dentro da referida Fundação Leão XIII, praticando desvio de gêneros alimentícios em grande quantidade, bem como roupas e peças de cama e mesa destinadas aos internos da instituição. — Como vê a Casa é uma denúncia grave e que deve ser apurada.

Após ter levantado o desvio de material, apresentou o Sr. Antônio Gomes de Mattos relatório pormenorizado ao Dr. Jacy da Costa Machado, substituto legal do Presidente da Fundação Leão XIII, o qual não se prontificou ao menos, à abertura de um inquérito administrativo, o mínimo que o cargo que ocupava poderia lhe exigir. Isso é o que me informa o Sr. Antônio Gomes de Mattos.

A partir dessa denúncia, passou o citado Antônio Gomes de Mattos a sofrer perseguições, culminando com o seqüestro no dia 19 de agosto de 1980, às 13 horas e 30 minutos, defronte da agência do BANERJ, na Rua Senador Dantas, sendo encapuçado e jogado dentro de um carro com quatro elementos em seu interior, passando em poder dos mesmos cerca de 70 horas, período em que voltou, seguida e seriamente, a sofrer os piores vexames físicos e ameaçado de morte.

Liberado pelos seqüestradores, buscou a justiça administrativa, através do Governador do Estado do Rio, que determinou fosse instaurado inquérito para apurar os fatos narrados. Entretanto, nada, até a presente data, foi apurado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro — segundo o declarante.

Requeiro, portanto, a Vossa Excelência, na forma regimental, a transcrição dos documentos em anexo, que trouxeram ao meu conhecimento o lamentável episódio em que se viu envolvido o Sr. Antônio Gomes de Mattos, segundo o declarante.

Eu requeiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, na forma regimental, a transcrição dos documentos em anexo que trouxeram ao meu conhecimento lamentável episódio em que se viu envolvido o Sr. Antônio Gomes de Mattos. O primeiro documento é um ofício dirigido ao Sr. Ministro da Justiça, o segundo documento ainda ao Sr. Ministro Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça, e um outro ofício em que apela a prestimosa atenção do douto Ministro, no sentido de apoiá-lo na agilização de uma solução favorável do assunto em pauta.

Sr. Presidente, eu registro nos Anais desta Casa este fato e espero que ele seja apurado para que se possa conhecer a sua veracidade e saber os autores desse seqüestro.

Como Deputado, não poderia negar-me a veicular esta denúncia, porque ela me parece grave. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CELSO PEÇANHA EM SEU DISCURSO:

Excelentíssimo Senhor
Dr. Ibrahim Abi-Ackel
MD Ministro da Justiça
Brasília - DF

ANTÔNIO GOMES DE MATTOS, brasileiro, solteiro (mas vivendo maritalmente casado e possuindo três filhos menores), Servidor Público Federal, matrícula n.º 54.833, Ministério da Educação e Cultura, de onde se encontra afastado desde 1973 por ter sido vítima de atropelamento, com endereço na Avenida Antônio Cunha, 910, Bairro Boa Esperança, Nova Iguaçu, CEP 26.000, Rio de Janeiro, vem expor a Vossa Excelência os fatos que se seguem:

QUE, na condição de Agente da Fundação Leão XIII, matrícula n.º 18/2800 foi designado para responder pela chefia do Centro de Triagem João XXIII em 30 de janeiro de 1980, através da Instrução n.º 19/80 da Fundação Leão XIII;

QUE, após 60 dias naquelas funções veio a descobrir a existência de uma quadrilha de funcionários, chefiada pelo Sr. ANTÔNIO TAVARES DA SILVA, Diretor-Administrativo do Centro de Triagem João XXIII, já afastado do cargo, a qual praticava o desvio de gêneros alimentícios em grande quantidade, desviando também roupas e peças de cama e mesa destinados aos internos, cujo produto era estocado num quarto alugado no mesmo bairro;

QUE, após levantamento dos fatos criminosos acima indicados, apresentou este trabalho ao Dr. JACY DA COSTA MACHADO, substituto legal do Presidente da Fundação Leão XIII, o qual não tomou nenhuma providência bem como, diante do seu gesto inoperante, negou-me a demissão que lhe pedi transferindo-me em 13 de maio de 1980 (Instrução n.º 210/80-DRH) para outro setor da Fundação;

QUE, a partir daí, passou a ser vítima da perseguição e ameaças telefônicas em relação à sua integridade física, culminando com um seqüestro da que fui vítima no dia 19-8-80, às 13h30min, defronte à Agência do BANERJ, na Rua Senador Dantas, sendo encapuçado e jogado dentro de um carro com quatro elementos no seu interior, permanecendo em poder dos mesmos cerca de 70 horas, tempo durante o qual eu fui ameaçado de morte várias vezes;

QUE, por determinação os fatos acima narrados pelo Tenente Umberto, da PM, e que pertence ao Serviço de Segurança do Palácio Guanabara;

QUE, até a presente data não conseguiu obter informações sobre o andamento desse inquérito, encontrando-se em Brasília sem dinheiro para voltar ou para alimentação, razão porque vem à presença de Vossa Excelência solicitar que interceda em seu favor.

Antônio Gomes de Mattos

Exm.º Sr.
Deputado Ibrahim Abi-Ackel
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF.

Senhor Ministro,

Eu, **ANTÔNIO GOMES DE MATTOS**, brasileiro, solteiro, vivendo maritalmente com uma mulher e três menores, na qualidade de Agente da Fundação Leão XIII, matriculado sob n.º 182800, sofri um atentado de seqüestro em agosto de 1980 e fui ameaçado novamente em 18 de março de 1981. E na data de 20 de março de 1981

dei entrada, com toda a documentação necessária, neste Ministério requerendo providências a serem tomadas pelo Governo do Rio de Janeiro, sendo que até o presente momento não obtive nenhuma solução sobre o assunto, estando prejudicado por não perceber meus vencimentos desde junho de 1980. E sendo eu Detetive Particular, até julho de 1981, prejudicado da maneira já explicitada acima, me encontro sem recursos para dar continuidade ao meu trabalho.

Pelos motivos supramencionados é que venho apelar à prestimosa atenção do douto Ministro, no sentido de apoiar-me na agilização de uma solução favorável do assunto em pauta.

Confiante de merecer sua atenção, creio oportuno informar meu endereço: QSB 12, casa 6 — Taguatinga Sul — Fone: 561-3493.

Respeitosamente, **Antônio Gomes de Mattos.**

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recentemente, no auge da discussão da crise que ameaçou de colapso a Previdência Social no País, houve quem atribuisse alguns excessos de dispêndio à sofisticação dos serviços de atendimento médico e hospitalar.

Na verdade, foi graças ao setor médico do INPS, hoje configurado no INAMPS, que tivemos, nos últimos quinze anos, um grande desenvolvimento do atendimento médico hospitalar no País, principalmente nos grandes centros urbanos, embora centenas de nosocomios tenham sido construídos, por pequenos grupos de médicos pioneiros, na nossa vasta hinterlândia.

Não se pode negar que estamos adquirindo a mania da sofisticação, que se propaga violentamente, tanto mais quanto o chamado "efeito-demonstração", ou seja, da ostentação do "status", é um dos mais importantes componentes da economia de consumo.

O chamado consumerismo não se dirige tanto aos gêneros de primeira necessidade, como aos artigos mais dispensáveis ou de luxo.

Acontece, no entanto, que também na indústria alimentícia estamos enfrentando o problema da sofisticação, segundo adverte o Professor Zeno de Martin, do Instituto Tecnológico de Alimentação.

Vejamos o que ocorre com o preço do leite: vendido a quarenta cruzeiros o litro, pelo menos dez cruzeiros são despendidos na embalagem, quando, há vinte anos, nos centros urbanos havia os caminhões de leite, apelidados de "vacas leiteiras", enchendo os litros de vidro levados pelos consumidores.

Recentemente, a imprensa registrou o caso de um residente urbano, que ganhou mandado de segurança contra a Prefeitura, para ter direito a uma vaca no quintal.

Produzindo cinco litros diários, serve, também, a alguns vizinhos, o litro bem mais barato.

Porque não há sofisticação da embalagem do produto, nem tratamento complexo, quando, antigamente, se sabia que, fervido, o leite fica sem qualquer micróbio.

A respeito da sofisticação dos produtos alimentares, lembra o Professor Zeno de Martin que, para fugir ao controle do Conselho Interministerial de Preços, a indústria alimentícia desenvolveu, na década de setenta, uma série de produtos sofisticados, com grande campanha publicitária, vendendo sempre mais, no tempo das "vacas gordas", com crédito facilitado e subsídios na área agrícola.

Novos tipos de laticínios, sucos, legumes e condimentos enlatados, dezenas de temperos já compostos em frascos.

Abandonaram as indústrias o interesse pelo abate de bovinos, o beneficiamento de cereais, a distribuição de alimentos naturais.

E, assim, terminamos importando cebola, feijão, milho, arroz, além do tradicional leite em pó, enquanto a oferta de sucos e enlatados cresce vinte por cento ao ano.

Desestimulado o agricultor, esquecido o pecuarista, foi abalada essa estrutura empresarial.

Agora, temos, na década de oitenta, um desafio a esse comportamento, com o encarecimento da energia e dos transportes, que condicionará, mais do que nunca, a venda dos produtos sofisticados, inclusive nas embalagens mais caras e com uma grande promoção publicitária.

Diz, a propósito, o Prof. Zeno Martin:

"Cada empresa terá de encontrar sua própria maneira de economizar custos de energia, substituindo os combustíveis que usa e rever seus esquemas de transporte, afetados por taxas de inflação cada vez mais acentuadas".

Na verdade, noventa por cento dos nossos alimentos são transportados por via rodoviária e criaram-se supermercados em cidades médias do interior, que vendem frutas e verduras vindas de

longe, enquanto seus horticultores e pomicultores se desinteressam da atividade que só podem manter sazonalmente, em contraste com aquele fornecimento de fora, que ocorre o ano todo.

Os menos ricos dão-se ao luxo de comer frutas fora da estação, graças a essa sofisticação na venda de alimentos.

Não somente os importados de fora do País, mas os vindos de duzentos a quinhentos quilômetros de distância, queimando gasolina e óleo.

Finalmente, adverte aquele técnico:

"Para acompanhar a tendência do consumidor de adquirir cada vez mais os alimentos que custam menos, as indústrias terão de rever seus planos, a exemplo do que está ocorrendo na área de laticínios, que, segundo levantamentos feitos por diversos órgãos de pesquisa, foi uma das mais afetadas com a retração de vendas desde o início de 1980."

Não é para menos.

O brasileiro, que comia muito bem a sua coalhada, de leite cru ou cozido, passou a consumir o "yogurt" que, embora produzido no Brasil, tem uma sofisticada embalagem, que representa pelo menos vinte por cento do preço de um copo.

Além do mais, a industrialização implica em grandes investimentos.

Segundo o Professor Zeno Martins, já temos tecnologia para a industrialização da manga, mas não existe matéria-prima suficiente.

No dia em que existir, as multinacionais farão imensos pomares e o pomicultor do interior deixará de produzi-la, com desvantagem para o consumidor, presa fácil da sofisticação.

Tal um problema que merece estudos, principalmente dos industriais, que se devem mirar no exemplo do leite, com o preço reduzido em plena antessafra.

Para alguma coisa a desgraça serve, diz velho brocardo.

Talvez a inflação nos sirva para maior modéstia em nossos hábitos alimentares, sem nenhum prejuízo para a nutrição do povo brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O Governo brasileiro resolveu desestatizar várias empresas. Também equilibrar a nossa balança comercial tem constituído uma das metas do nosso Governo. Assim, não entendemos a importação de três fábricas de soluções parenterais (soros) da França, que seriam instaladas no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

Sabe-se que o Sul/Sudeste, onde seriam localizadas duas das três fábricas, tem capacidade ociosa para produção de soros, bem como este setor, ao contrário de outros da Indústria Farmacêutica Nacional que são controlados por empresas multinacionais, é constituído principalmente de capital nacional e privado.

Realmente, no Nordeste existe déficit de cerca de 1 milhão de bisnagas mensais, porém, para suprir esta falha, o LAFEPE — Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco, apresentou projeto de financiamento ao BNDE. — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — no valor de Cr\$ 260 milhões, que propiciará a produção de 800 mil bisnagas por mês (hoje, a sua capacidade de produção é de 250 mil bisnagas/mês), gerando também 104 empregos diretos, já tendo sido o projeto aprovado, esperando-se a liberação dos recursos no 2.º trimestre do próximo ano.

Vale salientar que o LAFEPE é uma empresa mista, mas com capital controlado pelo Estado de Pernambuco, que possui 99,97% (noventa e nove, noventa e sete por cento) das ações com direito a voto, sendo um dos dois laboratórios produtores de soros controlados pelo Governo.

Portanto, ao invés de importar fábricas de soros, com evasão de dólares, o Governo deveria apressar a liberação dos recursos para ampliação do LAFEPE, visando ao incremento da sua capacidade produtora, na certeza de que estaria fortalecendo uma empresa genuinamente nacional e gerando a criação de novos empregos numa região tão carente, como o nosso Nordeste.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

O SR. JOEL LIMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há poucos dias, aproximadamente 30 dias, se a memória não me falha, viajava para o exterior o Ministro do Planejamento, que o Governo chama de Ministro Delfim Netto, mas que a Nação chama de Ministro "dá o fim", tal a sua atuação à frente da Secretaria de Planejamento, onde, pelos erros ali cometidos, pelos favores praticados em benefício de determinados setores nacionais e internacionais, leva naturalmente o País a esta situação que estamos atravessando.

O desemprego é uma constância hoje na nossa sociedade, e um dos objetos da sua viagem foi o de contratar no exterior a construção de 15 navios mercantes para serem incorporados à frota nacional.

Sr. Presidente, não somos contra o entendimento com os países que nos são amigos, desde que esses entendimentos não venham de imediato em prejuízo do Brasil, em prejuízo dos brasileiros, em prejuízo dos trabalhadores brasileiros.

Hoje, Sr. Presidente, o jornal **O Fluminense**, principal órgão de divulgação do velho e saudoso Estado do Rio de Janeiro, dá uma notícia de primeira página altamente alarmante para as comunidades de Niterói e São Gonçalo, particularmente. Diz a nota que, nestes 60 dias, 7 mil trabalhadores na indústria da construção naval dos estaleiros de Niterói e São Gonçalo foram desempregados. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que política terrível é essa do Governo Federal, que massacre é esse contra os trabalhadores! O Governo, por um lado, contrata no exterior a construção de 15 navios; por outro lado, desemprega 7 mil trabalhadores. Isto só em Niterói e São Gonçalo. Então, é de tal forma contrastante a posição do Governo em relação à política de emprego para o brasileiro, que nós aqui ficamos a imaginar: será que o Governo Federal, através de seus Ministros, através de seus assessores mais imediatos, não está preparando, Sr. Presidente, um clima próprio para uma convulsão social e daí a não realização das eleições?

Fica Sr. Presidente, na minha cabeça, isto me triturando; isto eu fico imaginando, isto eu fico pensando. Não estará a Nação também pensando assim? Eu nada posso dizer sobre se a Nação está também pensando assim, mas tenho quase certeza de que a camada menos favorecida da população brasileira, aqueles que dia a dia buscam uma colocação, eles não querem mais nada, querem somente ganhar o suficiente para o sustento de sua família, e às vezes até admitem trabalhar não ganhando o suficiente para o sustento de suas famílias.

Sr. Presidente, então fica aqui a minha dúvida, se o Governo volta as suas vistas para o trabalhador brasileiro, evitando o caos social, ou se realmente o Governo está preparando o caos social, para dessa forma justificar tudo o que ele pretende realizar em termos de legislação eleitoral, em termos de arbítrio, e assim não realizar as eleições previstas para 15 de novembro de 1982, já que esta Casa haverá de votar um projeto do Deputado Miro Teixeira, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e também aprovada neste plenário a sua tramitação especial no sentido de fixar as eleições para 15 de novembro de 1982. Esta é a minha dúvida, esta é a dúvida desta Nação. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SR.^a LÚCIA VIVEIROS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

São breves palavras, apenas para registrar nos Anais trechos da entrevista à imprensa escrita, falada e televisada do País por Júlio Viveiros:

É que Júlio Viveiros é candidato ao Governo do Pará; o "Pires" e o "cacete na mão" são o símbolo de Júlio Viveiros, escolhido como candidato ao Governo do Pará pelo consenso das "oposições verdadeiras"; Júlio, que é do Partido Popular, foi lançado por unanimidade para o governo. Em entrevista que concedeu à imprensa escrita, falada e televisada, Júlio Viveiros disse que aceitava o lançamento de seu nome por ter sido consenso das oposições no Pará, e que de "Pires e cacete na mão" empreenderia a luta com o povo descalço para o alto e para a vitória.

Disse ainda que o "pires" significa a situação angustiante de fome do povo paraense, que precisa mudar, e o "cacete" significa o reviver do espírito cabano pelo voto consciente.

"Encamparei a luta da minha mulher, Deputada Federal Lúcia Viveiros — disse Júlio — contra o pretenso desmembramento territorial do Pará; contra a espoliação e contra os traidores do Estado mais rico da Federação Brasileira".

Para o alto e para vitória, de "cacete" e "pires na mão", este é o "grito do Pará" — E Pará unido jamais será vencido."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Casa volta a ensaiar o que prefiro chamar de brincadeira de votar o Orçamento. O Orçamento, que já foi uma lei séria, já foi uma lei estudada, transformou-se, após 1967, num mero passeio do projeto governamental pelas comissões mistas do Congresso e por este plenário. Os Deputados não podem, sequer, alterar as vírgulas do Orçamento, não podem alterar as suas pretensões, não podem alterar as diretrizes que o Executivo dá à dotação orçamentária; não podem ampliar as verbas; não podem destinar verbas para setores prioritários que o Parlamento assim considere; não podem reduzir as aplicações do Governo; não podem determinar aplicação de verbas em alguns setores que a Nação reclama e que o Executivo não entende, e que o Parlamento, por ser mais sensível às ponderações populares, poderia fazê-lo.

Em verdade, a chamada Lei de Meios, o Orçamento da República vem para esta Casa apenas **pro forma**, apenas para cumprir uma determinação de que nada mais vale. No atual quadro, no regime em que vivemos, em que o Executivo tudo pode, tudo faz, a Lei Orçamentária não é apreciada pelo Congresso Nacional. Não há como fazê-lo, não há como alterá-la, não há como modificá-la. Não existe permissão constitucional para que os Parlamentares possam trocar as vírgulas da lei orçamentária.

O que ocorre, então? Ocorre o que se pode chamar a farsa. Não se tratar de aprovação do Congresso Nacional para o Orçamento. Ele é aprovado de qualquer maneira, se for apreciado ou não. Até se for rejeitado, o Executivo pode utilizá-lo por outras formas.

É preciso que as coisas, neste País, passem a deixar de ser de brinquedo, para tomar o caminho de coisa séria. É preciso que o salário mínimo não seja mais de brinquedo, produto apenas de tecnocratas que sentam nos seus gabinetes e fazem cálculos metafísicos e de marclanos para determinar quanto um cidadão necessita para sustentar com dignidade a si e a sua família. E aparecem cálculos de Cr\$ 11.928,00, com alguns centavos, quando a gente sabe que, neste País, os centavos não valem nada, não valem para mais nada, apenas para satisfazer o ego dos tecnocratas que fazem cálculos metafísicos para dizer quanto um cidadão precisa para viver.

O que falta no País, em verdade, é Governo, o que nos não temos; o que falta no País, em verdade, são governantes com autoridade popular para administrar a Nação, coisa que nos não temos; o que falta no País é seriedade com a coisa pública. Falta respeito, falta seriedade com o dinheiro público; falta respeito para com o povo. O Governo, em que o Dr. Delfim Netto manda e os demais obedecem, não tem seriedade e não tem respeito.

O dinheiro público é jogado fora, conforme o interesse de grupos que circundam o Governo. E as aspirações populares, com os seus reclamos primários, elementares, que deveriam ser satisfeitos pelo Governo, não são sequer atendidas. O Governo que joga bilhões de cruzeiros fora nas usinas nucleares, em planos metafísicos; o mesmo Governo que não tem respeito, nem responsabilidade, nem sensibilidade, para com os aposentados, é que fixa um salário mínimo odioso e vergonhoso para os trabalhadores brasileiros. E, continuando na brincadeira, continuando na farsa, continuando na falta de seriedade é o Orçamento da República que sequer pode ser examinado, que sequer pode ser alterado, que sequer pode receber emendas. O que é esta Casa? Aqui não é casa de tecnocratas, aqui é Casa de representantes populares que deveriam ser ouvidos e que deveriam poder alterar a lei orçamentária.

Dizem os tecnocratas que comandam este País sob a liderança do Sr. Delfim Netto, que, se o Congresso puder alterar, será feita muita demagogia na aplicação de verbas. Mas quando o Congresso não pode alterar, é feita muita corrupção na aplicação dessas verbas; quando o Congresso não pode alterar, as prioridades não são as prioridades do povo, mas as prioridades dos grupos econômicos, das grandes empreiteiras que querem recursos para obras faraônicas e suntuosas, enquanto as necessidades primárias do povo brasileiro não são atendidas pelo Governo.

Faz-se um orçamento como esse, que merece ser amassado e jogado fora, que não atende as necessidades populares e, depois, o Governo simplesmente vem dizer que não pode atender às reivindicações de trabalhadores, de operários, de funcionários públicos, de professores, porque não tem verba. Mas as verbas são destinadas para projetos faraônicos, que satisfazem apenas os interesses das

grandes empreiteiras, dos grandes grupos econômicos, da vaidade dos tecnocratas que comandam este País, sem o respaldo popular.

O que falta no Brasil é Governo que não tem, é seriedade que não há e o respeito pela coisa pública que ainda não foi implantado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Esgotou-se ontem, dia 9 de novembro, o prazo de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 36, 37 e 60, de 1981.

A Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, declara prejudicadas as propostas, determinando a remessa dos respectivos processos ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 21, de 1981 — CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1982, nas partes referentes ao Ministério da Justiça, Ministério dos Transportes (RFF e DNER), Ministério da Marinha e Encargos Gerais da União.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 10 de novembro de 1981.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 26, de 1981-CN, que "Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, e dá outras providências", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 7 (sete) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra hoje.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Senador Jutahy Magalhães, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração.

- Deputado **Ronan Tito**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes

Ofício n.º 304/81 Brasília, 10 de novembro de 1981.

Ao Ex.º Sr.
Senador Jarbas Passarinho
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Ernani Sátiro, pelo do Senhor Deputado Francisco Rollemberg, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 68/81, que "fixa competência do Congresso Nacional para aprovar os nomes indicados para membros dos Conselhos Administrativos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Administração Federal Indireta".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado **Cantídio Sampaio**, Líder do PDS.

Ofício n.º 305/81 Brasília, 10 de novembro de 1981.

Ao Ex.º Sr.
Senador Jarbas Passarinho
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Raul Bernardo, pelo do Senhor Deputado Nilson Gibson, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 100/81, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.876/81, que "dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado **Cantídio Sampaio**, Líder do PDS.

Brasília, 10 de novembro de 1981

Excelentíssimo Senhor
Senador Jarbas Passarinho
Digníssimo Presidente do
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Martins Filho, pelo nobre Senhor Senador João Lúcio, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 26, de 1981 (CN), que "Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Bernardino Viana**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para apreciação, em turno único, de partes do Projeto de Lei n.º 21, de 1981-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982.

A Presidência esclarece terem sido apresentadas emendas às seguintes partes:

Poder Judiciário 3 (do Relator)

Ministério da Agricultura 1 (do Relator)

Ministério da Educação e Cultura 1

Ministério do Interior: DNOS 82.

As referidas emendas, ressalvadas as de Relator, receberam parecer contrário da Comissão Mista.

O pronunciamento da Comissão, consoante dispõe o § 1.º do art. 94 do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo se "1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão" (art. 66, § 3.º, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado qualquer requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do Plenário, a Presidência irá colocar as matérias em apreciação de acordo com os pareceres da Comissão Mista.

Com esses esclarecimentos passa-se ao

Item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Judiciário, tendo

PARECER, sob n.º 26, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo com as Emendas n.ºs 1-R a 3-R que oferece, vencidos os Senhores Senador Evandro Carneiro e Deputados Nivaldo Krüger e Aluizio Bezerra, e voto em separado do Senhor Deputado Magnus Guimarães.

Em discussão o Subanexo Poder Judiciário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura, tendo

PARECER, sob n.º 126, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo com a Emenda n.º 1-R que oferece, vencidos os Senhores Deputados Aluizio Bezerra e Juarez Furtado.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação e Cultura, tendo

PARECER, sob n.º 128, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo, contrário à Emenda n.º 3 e à subemenda a ela oferecida pelo Relator, vencidos os Senhores Senadores Humberto Lucena e Evandro Carreira.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOS, tendo

PARECER, sob n.º 138, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas n.ºs 7 a 88.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOCS, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 139, de 1981-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOCS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — PARTE GERAL — PROJETO RONDON e CODEVASF, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 140, de 1981-CN, da Comissão Mista, vencidos os Senhores Senador Evandro Carreira e os Deputados Nivaldo Krüger, Aluizio Bezerra, Renato Azeredo, e voto em separado do Senhor Deputado Juarez Furtado.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Parte Geral — Projeto Rondon e CODEVASF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias que acabam de ser aprovadas voltam à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 295.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1981

3.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — José Caixeta — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jalson Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS, Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Correla Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauro Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS;

Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt-Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hildérico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aias — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydelkel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Fezzaz — PP; Jorge Vargas — PP;

José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvyo Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabirola — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saralva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Molleta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Mauricio Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 397 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Corrêa da Costa.

O SR. CORRÊA DA COSTA (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O estado de conservação da BR-163 — que liga Cuiabá—Rosário Oeste, está em péssimo estado e os carros que trafegam naquele trecho enfrentam as maiores dificuldades para dar escoamento à produção da vasta região já fadada a perder-se por falta de transporte.

São centenas de produtores que aguardam as providências do Governo Federal para o asfaltamento do aludido trecho até o Posto Gil, nas proximidades de Diamantino.

O 9.º Batalhão de Engenharia e Construção já iniciou o serviço de revestimento asfáltico até o km 30 onde se lê, em uma placa já existente, "Fim das Obras". Convenhamos que estes 30 km pouco melhoram a situação dos produtores. O Governo Federal necessita injetar mais recursos e continuar a obra até o km 140 onde atinge o entroncamento com a BR Cuiabá—Santarém.

Neste sentido, faço um veemente apelo ao Governo Federal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República João Figueiredo, ao Senhor Ministro dos Transportes Eliseu Resende e ao Comando Geral do 9.º BEC, no sentido de que tal asfaltamento não fique somente no início das obras.

É bom que se enfoque desta tribuna da Casa do povo brasileiro, que há vários anos essa mesma BR foi iniciada pelo próprio 9.º BEC e, posteriormente, suas máquinas, por ordem superior, foram transferidas para outra estrada.

É, portanto, a segunda vez que o Governo Federal inicia o asfaltamento da BR Cuiabá—Rosário Oeste e, por falta de recursos, suas obras são relegadas a plano secundário.

Faço, desta tribuna, um veemente apelo no sentido de que aquele povo já cansado de esperar por melhores estradas para escoamento de sua produção, veja seu sonho tornar-se realidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 10 de novembro de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres senhores Senadores Arno Damiani e Raimundo Parente, pelos nobres senhores Senadores Lenoir Vargas e José Calixta, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 64 e 66 de 1981, que "alteram a redação do § 1.º do art. 47, acrescentam itens e modificam a redação do § 4.º do art. 35 e acrescentam o item VI do art. 152 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Bernardino Viana**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

Brasília, 10 de novembro de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres senhores Senadores Murilo Badaró e Martins Filho, pelos nobres senhores Senadores Almir Pinto e Jorge Kalume, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 65, de 1981, que "dá nova redação ao art. 147 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Bernardino Viana**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste Plenário, destinada à discussão das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 41, de 1981, que altera a redação do § 2.º do art. 13 e do item I do art. 15 da Constituição Federal; e 42, de 1981, que altera a composição do Colégio Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para apreciação, em turno único, de parte do Projeto de Lei n.º 21, de 1981-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982.

A Presidência esclarece terem sido apresentadas emendas às seguintes partes:

Ministério dos Transportes:

RFF	1
DNER	16

Encargos Gerais da União 2 (do Relator)

As referidas emendas, ressalvadas as do Relator, receberam parecer contrário da Comissão Mista.

O pronunciamento da Comissão, consoante dispõe o § 1.º do art. 94 do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo se "1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão" (art. 66, § 3.º, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado qualquer requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do Plenário, a Presidência irá colocar as matérias em apreciação, de acordo com os pareceres da Comissão Mista.

Com estes esclarecimentos, passa-se ao

Item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 141, de 1981-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peca a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 142, de 1981-CN, da Comissão Mista.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes — RFF, tendo

PARECER, sob n.º 148, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário à Emenda n.º 89, vencidos os Senhores Deputados Nivaldo Krüger, Amadeu Gears e Aluizio Bezerra.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado, nos termos do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes — DNER, tendo

PARECER, sob n.º 149, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas n.ºs 90 a 105.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado, nos termos do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais da União, tendo

PARECER, sob n.º 152, de 1981-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo com as Emendas n.ºs 1-R e 2-R que oferece.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam, nos termos do parecer da Comissão Mista, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, nos termos do parecer da Comissão Mista, queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado, nos termos do parecer.

As matérias que acabam de ser aprovadas pelas duas Casas do Congresso Nacional, voltam à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1981

As dezesseis horas do dia quatorze de outubro de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, na Ala Senador Nilo Coelho — Anexo das Comissões — reúne-se a Comissão Mista de Orçamento, com a presença dos Senhores Senadores Franco Montoro, Presidente, José Lins, Bernardino Viana, Martins Filho, Lourival Baptista, Raimundo Parente, Murilo Badaró, Almir Pinto, Aloysio Chaves, Mauro Benevides, Humberto Lucena, Evandro Carreira, Affonso Camargo e Saldanha Derzi, e dos Senhores Deputados Francisco Rollemberg, Vice-Presidente, Adriano Valente, Milvernes Lima, Angelino Rosa, Antônio Morimoto, Joel Ferreira, Castejon Branco, Darcílio Ayres,

Isaac Newton, Honorato Vianna, João Alves, Mauro Sampaio, Josias Leite, Antônio Pontes, Adroaldo Campos, Henrique Turner, Milton Brandão, Ossian Araripe, Roberto Galvani, Ubaldo Barém, Lygia Lessa Bastos, Vingt Rosado, Nivaldo Krüger, Amadeu Gears, Aluizio Bezerra, Juarez Furtado, Marcondes Gadelha, Milton Figueiredo e Renato Azeredo. Convocados, comparecem os suplentes, respectivamente, os Senhores Senador João Lúcio e Deputado Rafael Faraco, Wildy Vianna e Mário Moreira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Roberto Saturnino e os Senhores Deputados Josué de Souza, José Freire, Olivir Gabardo, Cardoso Alves, Ailton Sandoval, Mário Frota, Iturival Nascimento, Carlos Nelson, Roberto Freire, Joel Lima, Jorge Ferraz, Juarez Batista, Rubem Dourado, Tertuliano Azevedo, Magnus Guimarães e Freitas Diniz.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Franco Montoro, declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Sr. Presidente comunica que a reunião foi convocada para discussão e votação dos pareceres dos Relatores sobre os Subanexos, Órgãos e Partes do Projeto de Lei n.º 21, de 1981-CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982". Antes, porém, de dar início à pauta dos trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Franco Montoro, dá conhecimento aos senhores membros da Comissão que vai propor ao Congresso Nacional Emenda à Constituição visando a apreciação antecipada não só do Orçamento Fiscal, mas, também, do Orçamento Monetário e dos Orçamentos das empresas estatais, pelas duas Casas do Poder Legislativo. Prosseguindo, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e são relatados os seguintes Subanexos:

1) Poder Legislativo — Senado Federal. **Relator:** Senador Martins Filho. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 2) Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Relator:** Deputado Renato Azeredo. **Parecer:** favorável. Discute a matéria o Sr. Deputado Nivaldo Krüger e critica os recursos alocados àquela Casa do Congresso Nacional na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e colocado o parecer em votação é o mesmo aprovado, por unanimidade. 3) Poder Executivo — Presidência da República. **Relator:** Senador Raimundo Parente. **Parecer:** favorável. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Nivaldo Krüger tece críticas aos recursos destinados àquela Órgão na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e submetido à votação o parecer, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Srs. Deputados Nivaldo Krüger, Amadeu Gears e Aluizio Bezerra. 4) Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica. **Relator:** Deputado Angelino Rosa. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 5) Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União. **Relator:** Deputado Ossian Araripe. **Parecer:** favorável. Discute o parecer o Sr. Deputado Nivaldo Krüger e formula críticas aos recursos destinados àquela Corte de Contas na proposta orçamentária sob exame. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 6) Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio. **Relator:** Deputado Adriano Valente. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 7) Poder Executivo — Ministério das Comunicações. **Relator:** Senador Humberto Lucena. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 8) Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União. **Relator:** Deputado Honorato Vianna. **Parecer:** favorável. Usa da palavra para discutir a matéria o Sr. Deputado Juarez Furtado e, na oportunidade, solicita ao Sr. Presidente para relatar a sua Parte o item 32 da pauta. O Sr. Presidente esclarece que está seguindo a ordem dos trabalhos e solicita a compreensão de Sua Excelência para que aguarde a sua vez. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 9) Poder Executivo — Ministério dos Transportes — PORTOBRÁS. **Relator:** Deputado Milton Brandão. **Parecer:** favorável. Discute a matéria o Sr. Deputado Nivaldo Krüger e tece críticas aos recursos alocados àquela Órgão na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e colocado em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 10) Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOCS. **Relator:** Deputada Lygia Lessa Bastos, a quem a proposição foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 11) Poder Executivo — Ministério do Exército. **Relator:** Senador Lourival Baptista. **Parecer:** favorável. Discute a matéria o Sr. Deputado Nivaldo Krüger e tece críticas aos recursos consignados àquela Pasta na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e posto em discussão o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Srs. Deputados Nivaldo Krüger, Amadeu Gears e Aluizio Bezerra. 12) Poder Executivo — Ministério do Interior — FUNAI e SUFRAMA. **Relator:** Deputado Wildy Vianna, a quem a proposição foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Não há debates, e o parecer é aprovado, por unanimidade. 13) Poder Executivo — Ministério da Fazenda. **Relator:** Senador Bernar-

dino Viana. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 14) Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDENE. **Relator:** Deputado Adroaldo Campos, a quem a matéria foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 15) Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Relator:** Senador Afonso Camargo. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 16) Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDECO. **Relator:** Deputado Milton Figueiredo. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 17) Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia. **Relator:** Senador José Lins. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 18) Poder Executivo — Ministério dos Transportes — Parte Geral — EBTU — GEIPOT — SUNAMAM. **Relator:** Deputado Iturival Nascimento. **Parecer:** favorável. Ido, por designação da presidência, pelo Sr. Deputado Henrique Turner. Discute a matéria o Sr. Deputado Nivaldo Krüger e critica os recursos alocados àqueles órgãos, destacando a disparidade existente na distribuição das dotações orçamentárias consignadas a cada entidade. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 19) Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social. **Relator:** Senador Mauro Benevides. **Parecer:** favorável. Usa da palavra, para discutir a matéria, o Sr. Deputado Amadeu Gears e tece críticas aos poucos recursos consignados àquela Pasta na proposta de Orçamento sob exame, tendo em vista a grave crise que o sistema previdenciário atravessa no momento. Encerrada a discussão e colocado em votação o parecer, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 20) Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDAM. **Relator:** Deputado Mauro Sampaio, a quem a matéria foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 21) Poder Executivo — Ministério da Saúde. **Relator:** Senador Almir Pinto. **Parecer:** favorável. Discutem o parecer os Srs. Deputados Nivaldo Krüger e Aluizio Bezerra, ambos formulando críticas aos recursos alocados àquela Pasta na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Deputados Nivaldo Krüger, Aluizio Bezerra, Juarez Furtado e Marcondes Gadelha. 22) Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDESUL. **Relator:** Deputado Roberto Galvani. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 23) Poder Executivo — Ministério do Trabalho. **Relator:** Senador Murilo Badaró. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. 24) Poder Executivo — Ministério do Interior — Territórios. **Relator:** Deputado Isaac Newton. **Parecer:** favorável. Não há debates na discussão da matéria e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. 25) Transferência a Estados Distrito Federal e Municípios. **Relator:** Senador Evandro Carreira, a quem a proposição foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Nivaldo Krüger tece críticas aos critérios de distribuição dos recursos às unidades federadas, segundo o programa estabelecido na proposta orçamentária sob exame. Encerrada a discussão e colocado em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, por unanimidade. 26) Poder Executivo — Ministério da Marinha. **Relator:** Deputado Darcílio Ayres, a quem a proposição foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável. Não há debates e o parecer é aprovado, por unanimidade. 27) Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores. **Relator:** Deputado Ubaldo Barém. **Parecer:** favorável. Nenhum parlamentar usa da palavra para discutir a matéria e o parecer é aprovado, por unanimidade. 28) Poder Executivo — Ministério do Interior — DNOS. **Relator:** Deputado Vingt Rosado. **Parecer:** favorável ao projeto, na parte relativa ao Ministério do Interior — DNOS, e pela rejeição das Emendas de n.ºs 7 a 88 que lhe foram apresentadas. Não há debates e a Comissão aprova o parecer do Relator, por unanimidade. 29) Poder Executivo — Ministério dos Transportes — Rede Ferroviária Federal. **Relator:** Deputado Renato Azeredo, a quem a proposição foi redistribuída pela presidência. **Parecer:** favorável ao projeto, na parte relativa ao Ministério dos Transportes — RFFSA, e pela rejeição da Emenda n.º 89 que lhe foi apresentada. Em discussão a matéria, o Sr. Deputado formula críticas aos aspectos financeiros da entidade, em comparação com os recursos que lhe são destinados na proposta de orçamento sob exame. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Deputados Nivaldo Krüger, Amadeu Gears e Aluizio Bezerra. 30) Poder Executivo — Ministério dos Transportes — DNER. **Relator:** Deputado Castejon Branco. **Parecer:** favorável ao projeto, na parte referente ao Ministério dos Transportes — DNER, e pela rejeição das Emendas de n.ºs 90 a 105. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 31) Poder Judiciário. **Relator:** Deputado Magnus Guimarães. **Parecer:** contrário. Ido pelo Sr. Deputado Nivaldo Krüger, face a ausência do Relator. Em discussão o parecer, o Sr. Senador Evandro Carreira solicita verificação

de quorum para deliberação. A reunião é suspensa por cinco minutos e, ao final do tempo determinado pela presidência, é feita a verificação que acusa número regimental para continuidade dos trabalhos. Reaberta a reunião, é dado prosseguimento à discussão da matéria e fazem uso da palavra os Srs. Deputados Nivaldo Krüger, Darcílio Ayres, Honorato Viana e Lygia Lessa Bastos. Encerrada a discussão, pede a palavra para encaminhar a votação do parecer o Sr. Deputado Josias Leite, que justifica o voto contrário de sua bancada ao parecer apresentado pelo Relator. Em votação o parecer contrário oferecido pelo Relator, Sr. Deputado Magnus Guimarães, é o mesmo rejeitado e a presidência designa o Sr. Deputado Josias Leite para relatar o vencido. Com a palavra, o Sr. Deputado Josias Leite apresenta parecer favorável ao projeto, parte referente ao Poder Judiciário, com as Emendas de n.ºs 1-R a 3-R. O parecer do Relator do vencido é aprovado, com votos vencidos do Senador Evandro Carreira e dos Deputados Nivaldo Krüger e Aluizio Bezerra. Em consequência, o parecer do Deputado Magnus Guimarães acompanha o processado como voto vencido, em separado. 32) Poder Executivo — Ministério do Interior — Parte Geral — Projeto Rondon e CODEVASF. **Relator:** Deputado Juarez Furtado. **Parecer:** contrário. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Nivaldo Krüger formula críticas aos recursos consignados na proposta sob exame e o Sr. Deputado Renato Azeredo justifica o seu voto contrário ao projeto, na parte relativa ao Subanexo em apreciação. Encerrada a discussão, pede a palavra para encaminhar a votação o Sr. Deputado Josias Leite e, nos argumentos que aduz, anuncia o voto contrário da sua bancada ao parecer do Relator. Em votação o parecer, é o mesmo rejeitado e a presidência designa o Sr. Deputado João Alves para relatar o vencido. Com a palavra, o Sr. Deputado João Alves apresenta parecer favorável ao projeto, parte referente ao Ministério do Interior — Parte Geral — Projeto Rondon e CODEVASF. O parecer do Relator do vencido é aprovado, com votos vencidos do Senador Evandro Carreira e dos Deputados Nivaldo Krüger, Aluizio Bezerra e Renato Azeredo, e voto vencido, em separado, do Deputado Juarez Furtado. 33) Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Relator:** Senador Saldanha Derzi. **Parecer:** favorável, com a Emenda de n.º 1-R que oferece. Usam da palavra para discutir a matéria os Srs. Deputados Nivaldo Krüger e Aluizio Bezerra, ambos tecendo críticas aos recursos alocados àquela Pasta na proposta de orçamento sob exame, os quais consideram escassos para cumprir os seus programas no âmbito da agricultura no País. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Deputados Aluizio Bezerra e Juarez Furtado. 34) Encargos Gerais da União — **Relator:** Deputado João Alves. **Parecer:** favorável, com as Emendas de números 1-R e 2-R. Não há debates e a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 35) Poder Executivo — Ministério da Educação e Cultura. **Relator:** Senador Franco Montoro. **Parecer:** favorável ao projeto com a adoção da Emenda n.º 3, de autoria do Senador Adalberto Sena, nos termos da Subemenda que oferece. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Aluizio Bezerra tece críticas à política educacional do Governo e o Sr. Deputado Nivaldo Krüger aborda diversos aspectos da educação no País. Encerrada a discussão, pede a palavra para encaminhar a votação o Sr. Deputado Josias Leite e encaminha à Mesa Requerimento por ele subscrito e com o número de assinaturas exigidas para a apresentação de tal proposição, em que solicita destaque para votação em separado da Emenda de n.º 3, oferecida ao projeto pelo Senador Adalberto Sena, bem como a respectiva Subemenda sugerida pelo Relator. Nas argumentações que tece, o Sr. Deputado Josias Leite louva a iniciativa do Relator, o Sr. Senador Franco Montoro, Presidente da Comissão, porém declara não poder acatá-la e anuncia que a sua bancada vota contrariamente à adoção da Emenda e da Subemenda sugerida pelo Relator. Em votação o parecer, é o mesmo aprovado, favorável ao projeto, parte referente ao Subanexo Poder Executivo, Ministério da Educação e Cultura, e rejeitada a Emenda n.º 3, bem como a Subemenda proposta pelo Relator, votadas separadamente, em virtude do destaque requerido, com votos vencidos dos Srs. Senadores Humberto Lucena e Evandro Carreira, vencido o Relator quanto a Subemenda à Emenda n.º 3. 36) Reserva de Contingência. **Relator:** Senador Evandro Carreira. **Parecer:** favorável, com a adoção das Emendas de números 5 e 6, e pela rejeição da Emenda de n.º 4, apresentadas ao projeto, parte referente ao Subanexo Reserva de Contingência. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Josias Leite manifesta-se contrário às Emendas de n.ºs 5 e 6, acolhidas pelo Relator, e o Sr. Deputado Antônio Pontes justifica o seu voto favorável à adoção da Emenda de n.º 5, cuja finalidade é beneficiar os servidores do Território do Amapá. Encerrada a discussão, o Sr. Deputado Josias Leite pede a palavra para encaminhar a votação e remete à Mesa Requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Adriano Valente e outros Srs. Deputados, solicitando destaque para votação em separado das Emendas de n.ºs 5 e 6. Prosseguindo, o Sr. Deputado Josias Leite declara que a sua bancada vota contrariamente à adoção das Emendas de n.ºs 5 e 6, acolhidas pelo Relator, Senador Evandro Carreira, em

seu parecer. Em votação o parecer, é o mesmo aprovado, favorável ao projeto, parte referente ao Subanexo Reserva de Contingência; e rejeitadas as Emendas de nº 4, de parecer contrário do Relator, e as de nºs 5 e 6, votadas separadamente, em virtude do destaque solicitado, com votos vencidos do Senador Humberto Lucena e dos Deputados Nivaldo Krüger, Aluizio Bezerra e Juarez Furtado, vencido o Relator quanto as Emendas de nºs 5 e 6. 37) Receita e Texto da Lei. **Relator:** Senador Aloysio Chaves. **Parecer:** favorável ao projeto, parte referente à Receita e Texto da Lei, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 e 2 que lhe foram apresentadas. Em discussão o parecer, o Sr. Deputado Nivaldo Krüger manifesta o seu protesto contra os recursos orçamentários colocados à disposição do Sr. Presidente da República na proposta sob exame, sendo, na oportunidade, contestado pelo Sr. Deputado Honorato Viana. Encerrada a discussão, e posto em votação o parecer do Relator, é o mesmo aprovado, com votos vencidos dos Srs. Deputados Nivaldo Krüger, Aluizio Bezerra e Juarez Furtado. -

Esgotada a pauta dos trabalhos, o Sr. Presidente agradece aos seus ilustres pares a colaboração recebida no exame das peças relativas ao Orçamento da União, para o exercício financeiro de 1982, e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza,

Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada, pelo Sr. Presidente.

**ATA DA 276.ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM
26 DE OUTUBRO DE 1981**

(Publicada no DCN de 27-10-81)

Retificação

No Decreto-lei nº 1.875, de 15 de julho de 1981, que dispõe sobre a simplificação de normas gerais de direito financeiro aplicáveis a Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes:

Na página 2492, 1.ª coluna, no art. 2.º do decreto-lei,

Onde se lê:

... a nível de categoria econômica e seu...

Leia-se:

... a nível de categoria econômicas e seu...

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00